



ANÁLISE GEOGRÁFICA DO AMBIENTE DO TRABALHO DOS AGENTES PENAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Geographical analysis of the work environment of penal officers: a systematic review

Análisis geográfico del ambiente laboral de los funcionarios penales: una revisión sistemática

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.1011>

Samara Monayari Magalhães Silva¹

Fernando Rodrigues Moreria Silva²

Maíra Rodrigues Uliana³

Alba Regina Azevedo Arana⁴

Histórico do Artigo:

Recebido em 16 de abril de 2024

Aceito em 01 de outubro de 2024

Publicado em 30 de outubro de 2024

RESUMO

O artigo apresenta uma revisão da literatura baseada no levantamento da produção sobre o ambiente de trabalho dos agentes penais dando enfoque aos aspectos ambientais e de saúde mental desses trabalhadores entre os anos de 2018 a 2023. As bases de dados pesquisadas foram Biblioteca Virtual em Saúde, *Web of Science* e *Scopus* e os principais descritores: "saúde", "saúde mental", "policiais penais", "meio ambiente de trabalho", "qualidade ambiental do trabalho", "saúde mental do agente penitenciário", "meio ambiente de trabalho". Foram analisados 19 artigos, a maioria sobre saúde mental prisional e estresse. A Europa, com destaque para Espanha, Alemanha e Inglaterra são os países que mais publicam sobre o tema, já na América Latina foram encontrados apenas estudos no Brasil, Colômbia e Argentina. O número de publicações se intensificou gradualmente ao longo dos

¹ Doutoranda em Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – PPGMADRE da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Email: samaramonayari@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0437-1197>

² Mestre em Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – PPGMADRE da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Email: fernando-rodrigues.santos@outlook.com

 <https://orcid.org/0009-0008-4635-1611>

³ Doutora em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - PPGMADRE da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Email: mruliana@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2794-0217>

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - PPGMADRE da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Email: alba@unoeste.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8995-4449>

anos e houve aprimoramento metodológico na elaboração e avaliação de estresse. Os resultados da pesquisa levaram a constatações sobre os principais fatores de risco do ambiente de trabalho, a sobrecarga de trabalho, a falta de conforto ambiental, superlotação, estresse térmico, desgaste físico e mental, entre outros. Conclui-se que os fatores protetivos remetem ao apoio social dentro do ambiente prisional e políticas sociais voltada à classe desses trabalhadores.

Palavras-Chave: Trabalho saudável. Ambiente geográfico. Saúde mental. Políticas públicas. Doenças ocupacionais.

ABSTRACT

The article presents a review of the literature based on a survey of production on the work environment of criminal agents, focusing on the environmental and mental health aspects of these workers between the years 2018 and 2023. The databases researched were Virtual Health Library, Web of Science and Scopus and the main descriptors: "health", "mental health", "criminal police", "work environment", "environmental quality of work", "mental health of prison officers", "environment of work". 19 articles were analyzed, the majority on prison mental health and stress. Europe, especially Spain, Germany and England are the countries that publish the most on the topic. In Latin America, only studies were found in Brazil, Colombia and Argentina. The number of publications has gradually increased over the years and there has been methodological improvement in the development and assessment of stress. The research results led to findings about the main risk factors in the work environment, work overload, lack of environmental comfort, overcrowding, thermal stress, physical and mental exhaustion, among others. It is concluded that protective factors refer to social support within the prison environment and social policies aimed at the class of these workers.

Keywords: Healthy work. Geographic environment. Mental health. Public policy. occupational diseases.

RESUMEN

El artículo presenta una revisión de la literatura a partir de una encuesta de producción sobre el clima laboral de agentes criminales, centrándose en los aspectos ambientales y de salud mental de estos trabajadores entre los años 2018 y 2023. Las bases de datos investigadas fueron Biblioteca Virtual en Salud, Web de Ciencia y Scopus y los descriptores principales: "salud", "salud mental", "policía criminal", "ambiente de trabajo", "calidad ambiental del trabajo", "salud mental de los funcionarios penitenciarios", "ambiente de trabajo". Se analizaron 19 artículos, la mayoría sobre salud mental penitenciaria y estrés. Europa, especialmente España, Alemania e Inglaterra son los países que más publican sobre el tema. En América Latina sólo se encontraron estudios en Brasil, Colombia y Argentina. El número de publicaciones ha ido aumentando paulatinamente a lo largo de los años y se ha producido una mejora metodológica en el desarrollo y evaluación del estrés. Los resultados de la investigación arrojaron hallazgos sobre los principales factores de riesgo en el ambiente laboral, sobrecarga laboral, falta de confort ambiental, hacinamiento, estrés térmico, agotamiento físico y mental, entre otros. Se concluye que los factores protectores se refieren al apoyo social dentro del entorno penitenciario y a las políticas sociales dirigidas a la clase de estos trabajadores.

Palabras clave: Trabajo saludable. Entorno geográfico. Salud mental. Políticas públicas. enfermedades profesionales.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro perpassa por uma crise histórica, considerando sua realidade sobre a infeliz superlotação e precariedade que acaba desvirtuando os reais objetivos que seriam a reintegração, não ajudando assim na recuperação do indivíduo que cometeu um ato criminoso (Assis, 2007). Dentro deste contexto, é fundamental explorar como o ambiente físico e geográfico das prisões influencia não apenas os detentos, mas também os profissionais que neles atuam.

Além das condições internas, os aspectos geográficos, como a localização das prisões em áreas urbanas, acessibilidade e condições climáticas regionais, desempenham um papel crucial na qualidade do ambiente de trabalho e, conseqüentemente, na saúde física e mental dos agentes penais. Essas condições variam significativamente entre as regiões do Brasil, influenciando as dinâmicas de trabalho e os desafios enfrentados pelos profissionais no cotidiano prisional.

O lado físico do espaço está aliado a equipamentos, mobiliário, manutenção, infraestruturas, entre outros fatores. Quanto às questões bioclimáticas estas dizem respeito às ambiências do espaço caracterizadas por vento, umidade, temperatura, aroma, luz, cor, bem como a questões culturais, sociais e históricas. Ambos os fatores físicos e bioclimáticos se forem convenientemente e adequadamente utilizados proporcionam, com certeza, um espaço com qualidade ambiental, ou seja, com conforto ambiental, promovendo espaços mais sustentáveis (Machado, 2001).

Desta forma, qualidade ambiental no trabalho é um fator crucial que impacta diretamente a saúde mental, a segurança e a produtividade dos trabalhadores. As condições ambientais, tais como qualidade do ar, níveis de ruído, iluminação adequada e temperatura, são determinantes para a prevenção de doenças ocupacionais e para a promoção de um ambiente de trabalho saudável (Melo & Azzini, 2012; Souza & Lima, 2018).

A exposição constante ao calor intenso não só aumenta o risco de problemas de saúde relacionados ao estresse térmico, como também agrava o desgaste físico e mental dos agentes penais. Estudos como o de Melo e Azzini (2012), demonstram como as altas temperaturas podem levar a um aumento de incidentes relacionados ao estresse térmico, afetando negativamente a saúde dos trabalhadores.

A adequação das instalações para lidar com o calor excessivo, incluindo sistemas de climatização e a implementação de pausas para descanso, são práticas recomendadas para reduzir o estresse térmico e melhorar a produtividade e saúde mental (Instituto Nacional de Meteorologia, 2019). A iluminação inadequada pode causar fadiga visual e diminuir a eficiência, enquanto níveis elevados de ruído podem levar à perda auditiva e ao estresse. Investimentos em tecnologias de controle de ruído e sistemas de iluminação que imitam a luz natural têm mostrado resultados positivos na melhoria da qualidade ambiental nos locais de trabalho (Souza & Lima, 2018).

Desta forma, a pesquisa apresenta o desafio de discutir o conceito de saúde ambiental ligada à qualidade do ambiente de trabalho dos agentes prisionais no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (WEO, 1993) a saúde ambiental “compreende aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e

psicossociais do ambiente. Ela se refere também à teoria e à prática de avaliar, corrigir, controlar e prevenir esses fatores do ambiente que possam afetar de forma adversa a saúde das gerações presentes e futuras”.

No entanto, é importante destacar que a saúde ambiental resulta da interação de diversos fatores que, contudo, vão além dos componentes biológicos, físicos e químicos do meio ambiente, tais como fatores de natureza social, econômica, política, ambiental, tecnológica e biológica, que se relacionam em rede, que influenciam na saúde e no bem-estar das populações, tornando necessário um estudo interdisciplinar sobre o assunto.

O próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem discutido ações ligadas às condições de trabalho no ambiente prisional possibilitando várias condenações de indenizações em razão das más condições de trabalho desses profissionais, gerando doenças ocupacionais também muitas vezes ligadas ao trabalho interno nos presídios. Muitas vezes eles lidam com ameaças, agressões e diversos tipos de violência, não só no ambiente de trabalho, mas também fora dele.

A doença ocupacional engloba as doenças preexistentes quando as condições inadequadas de trabalho possibilitem o agravamento de uma determinada doença e nesse ponto, pode-se entender que “as condições excepcionais ou especiais do trabalho determinam a quebra da resistência orgânica com a consequente eclosão ou a exacerbação do quadro mórbido, e até mesmo seu agravamento” (Nascimento, 2009, p.45).

O trabalho do agente penal muitas vezes em condições precárias e impróprias influencia diretamente na saúde do trabalhador penitenciário, degradando-a de forma gradativa, seja física ou psicológica. Hipertensão, diabetes, úlcera, gastrite, distúrbios de ansiedade, de sono e depressão são algumas das doenças mais comuns às que estão acometidos tais profissionais (Lourenço, 2010).

Segundo a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, o trabalho de segurança no cárcere é exercido pelo pessoal penitenciário, pelo qual esse profissional acaba por ter um contato direto e contínuo com uma massa carcerária desconsiderada pela sociedade e sofrida pelas condições degradantes das prisões, dentre estes estão os agentes penitenciários que também pode ser chamado, no Brasil, por diversas nomenclaturas como carcereiro, agente de segurança prisional, agente prisional, guarda prisional, realizando a função de vigiar, zelar, punir, reeducar, guarda e observar os dispositivos legais. (BRASIL, 1984).

Os estudos, em sua maioria, tratam das intercorrências com os presos e sobre o estabelecimento prisional, deixando de lado os profissionais que trabalham no setor carcerário, vez que

sobre este profissional que recai a responsabilidade de exercer o contato e autoridade estatal, assegurando a aplicação da pena e a ressocialização da pessoa presa (Ribeiro, 2019).

O papel do Estado como agente mediador deste processo sempre se baseou, ao longo do tempo, nos vetores de privilégio das classes abastadas da sociedade, por uma noção privada de interesses, que não está preocupada com a universalidade de direitos e interesses coletivos. Nesse sentido, a condução do Estado se mostra na guisa de uma regulação social tardia (Vieira, 2009) que muitas vezes não contempla as necessidades e valores sociais de igualdade entre os diversos setores na sociedade.

As políticas públicas ligadas às intervenções sociais e ao planejamento são sempre desconexas e revela sempre um processo de atuação apartada dos sentidos e contextos dos interesses e necessidades dos sujeitos nos espaços (Sposati e Koga, 2013).

Nesse sentido de atividade e serviço essencial a profissão do agente penitenciário ganhou maior relevo quando pela Emenda Constitucional de nº 104/2019 foi criada a polícia penal federal, estadual e distrital, tendo elevado a sua importância como uma profissão atrelada às polícias, exercendo uma função específica além da atividade policial ordinária, vez que busca vigiar, guardar e custodiar os presos que estejam inseridos no setor prisional. (Brasil, 2019).

As atividades dos agentes penais incluem a escolta, disciplina e proteção dos presos; inspeção e fiscalização do pessoal prisional e veículos que entram e saem. E ainda a verificação e inspeção dos presos; controle e fiscalização de rotina da população carcerária em todas as áreas da prisão. Lembrando que todas as fases da execução penal cumprem com as regras e padrões estabelecidos pela prisão (SILVA, 2009). Tais atividades podem apresentar riscos à saúde física e mental deles, embora o seja obrigado por lei a trabalhar em condições de saúde adequadas no exercício de suas atividades funcionais.

A exposição constante ao perigo, alerta, estresse, ambientes insalubres bem como perigosos, são condições relacionadas ao desenvolvimento do estresse. Bicho e Pereira (2007, p. 5) definem estresse como uma resposta não específica do organismo a qualquer estímulo ou exigência externa sobre ele. Já Santana e Sabino (2013, p. 133) enfatiza que o “estresse pode se tornar um fator desencadeante para o desenvolvimento de transtornos mentais caso a pessoa seja submetida a ação constante de agentes que causam estresse”.

Desta forma, o trabalho traz como questionamento: Como a literatura vem tratando o ambiente de trabalho dos agentes penitenciários ou penais? Qual a influência dos aspectos como a literatura vem tratando do assunto? Dada a importância do tema da saúde mental na atualidade, aliado

ao fato de que o meio ambiente de trabalho é o local onde mais se constata a precariedade da proteção desse direito constitucional, advém a necessidade de discutir sobre essa problemática. Desta forma, o artigo tem como objetivo apresentar como a literatura tem tratado o ambiente de trabalho dos agentes penais dando enfoque aos aspectos ambientais e suas consequências à saúde mental desses trabalhadores.

METODOLOGIA

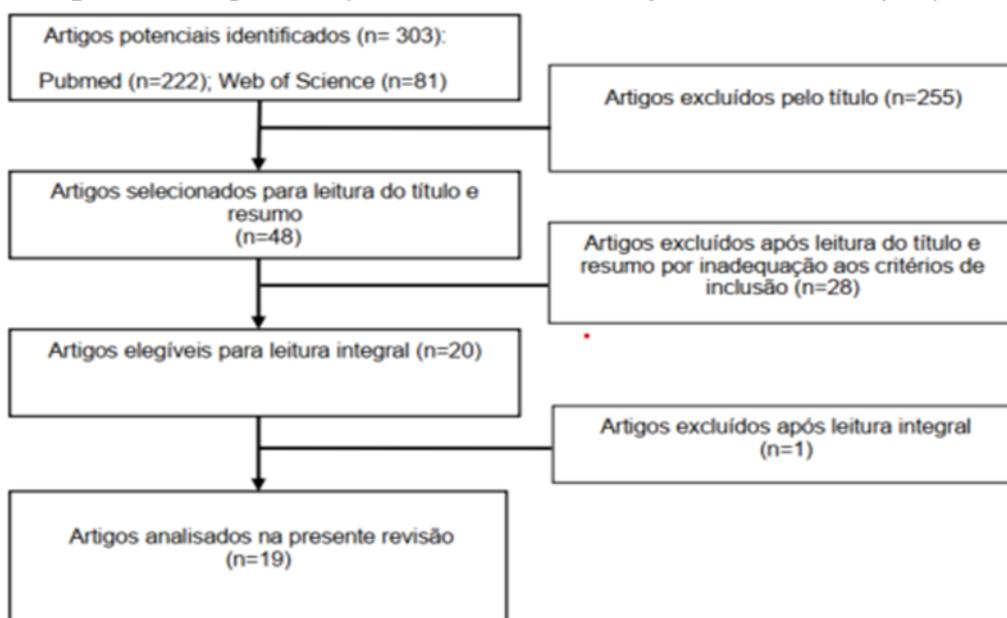
A busca dos estudos foi realizada de forma ampla através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que hospeda bases de dados reconhecidas, tendo sido realizada a partir dos descritores "saúde", "saúde mental", "policiais penais", "meio ambiente de trabalho", "prisões", "qualidade de vida", "saúde mental do agente penitenciário", "saúde mental do agente penal", "burnout", "síndrome de burnout", "meio ambiente de trabalho", além dos descritores em inglês "prison establishment", "prison", "mental health", "criminal agent", "life in prison establishment", "burnout syndrome", "burnout in prison", "life quality in prison" e "mental health of correctional officers". No cruzamento das palavras foram adotadas a expressão booleana: "AND" (inserção de duas ou mais palavras). Cujo resultado obtido conduzirá a pesquisa às bases de dados: Pubmed e Web of Science.

As bases de dados PubMed e Web of Science foram escolhidas pela sua abrangência mundial, vez que não trata somente de artigos e pesquisas científicas advindas do Brasil, mas do mundo todo, bem como por se tratar de bases da área da saúde com contextualização social, principalmente aplicando a disciplina da saúde mental para com a profissão do policial penal.

Adotou-se um conjunto ordenado de critérios que determinam a cientificidade de uma revisão sistemática de literatura, iniciando pela construção de um protocolo, cuja função foi garantir o rigor do processo de pesquisa. Para isso, o protocolo dispunha dos seguintes componentes: pergunta de revisão, critérios de inclusão e exclusão, estratégias para a busca do universo de pesquisas, orientação para a seleção do material, análise e síntese dos dados.

Os critérios de inclusão foram: artigos originais; disponibilizados online; nos idiomas português, inglês ou espanhol; com definição do método, cenário do estudo, população estudada, apresentação consistente dos resultados encontrados. O trabalho teve como período 2018 a 2023. Os critérios de exclusão foram: qualquer fator que não atendesse aos critérios de inclusão; estudos que apresentassem erros sistemáticos; estudos de revisão, relatos de caso ou comunicação; além de ambiguidade e apresentação insuficiente dos resultados. (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma do processo de busca e seleção dos estudos da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A coleta dos dados foi norteadada pela relevância preliminar do artigo, que teve o objetivo de refinar a seleção inicial de artigos, verificando através de perguntas claras os seguintes fatores: se tinham relação direta com a questão estudada (saúde penitenciária), se a metodologia estava suficientemente descrita e adequada ao alcance dos objetivos propostos, e se os resultados estavam compatíveis com a metodologia empregada. Foram analisados 19 artigos, a maioria sobre saúde mental prisional e estresse. A Europa, com destaque para Espanha, Alemanha e Inglaterra são os países que mais publicam sobre o tema. Na América Latina foram encontrados apenas estudos no Brasil, Colômbia e Argentina.

RESULTADOS

Em primeiro plano foram obtidos o total de 303 artigos, sendo 222 da base de dados PubMed e 81 da base de dados *Web of Science* e após uma detida análise e adequação ao tema proposto, realizando a concatenação do título para com o tema do presente estudo, excluindo os artigos repetidos e aqueles relacionados à COVID-19, condições dos presos e fatores relacionados a questões fora do aspecto da saúde mental, foram descartados 255 artigos. Com esse filtro reuniram-se 48 artigos para a leitura de seus resumos e, assim, foram ainda excluídos 28 artigos, pois avaliaram não a saúde mental em si dos agentes penais, mas os reflexos da pandemia do COVID-19 na saúde mental dos agentes penais, bem como as consequências para com a saúde mental dos presos frente aos agentes penais. Dentre os 20 artigos lidos, 19 artigos cumpriram os critérios de elegibilidade para a revisão e

foram selecionados. Os artigos selecionados foram analisados e registrados numa estrutura organizada em 4 tópicos: autor/ano; objetivos, métodos, e principais resultados. (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição dos artigos componentes do corpus de análise, 2018-2023.

Autor / Ano/ país	Objetivos	Métodos	Resultados
GARCÍA-CALLAO, Laura / 2022 / Alemanha	Analisar a melhoria do estresse crônico para com adoção de terapia de dança para a melhora da saúde.	A pesquisa teve como método a adoção da Dança como terapia do estresse laboral.	Como resultado teve melhorias não significativas, mas com tamanhos de efeito médio.
GAO, Jin / 2022 / China	Explorar o <i>burnout</i> e a influência nos policiais penitenciários.	Pesquisa adotou o <i>Maslach Burnout Questionnaire-General Survey (MBI-GS)</i> para o questionário entre 1.024 policiais penitenciários.	Os resultados mostraram que sexo, carga horária, contato direto com sujeitos de supervisão e sentimento de apoio organizacional foram fatores de risco de <i>burnout</i> desses policiais penitenciários.
SOZA, Exequiel Nicolas / 2023 / Argentina	Descrever a relação do <i>burnout</i> com hábitos pouco saudáveis entre trabalhadores do Serviço Penitenciário Federal Argentino (SPF).	Pesquisa em que adotou as adaptações espanholas do Maslach Burnout Inventory MBI-HSS (Maslach e Jackson, 1986), do Test For Nicotine Dependence (Fagerström, 1978) e do Índice de Massa Corporal em 151 agentes penitenciários (88 homens e 63 mulheres de 22 a 52 anos).	A prevalência de <i>burnout</i> se deu para com aqueles que não adotam uma dieta regular com consumo de frutas e vegetais, aliado ao tabagismo que apresentou alto índice de <i>burnout</i> .
SUE, Bell / 2019 / Inglaterra	Explorar se a exposição a eventos traumáticos influencia na saúde mental prisional.	Estudo realizado com 36 agentes penitenciários da Inglaterra por meio de questionários sobre características demográficas.	Como resultado o estudo verificou que o estresse estava associado a características da equipe, ambiente de trabalho e exposição a eventos traumáticos.
JAEGERS, Lisa / 2019 / EUA	Explorar a prevalência de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em agentes penitenciários.	A pesquisa adotou como método uma estrutura inspirada na Conservação de Recursos (COR) explorando as relações com os sintomas de TEPT entre agentes penitenciários empregados nas prisões do Centro-Oeste dos EUA.	Como resultado obteve que o <i>burnout</i> é relacionado com sintomas de TEPT, autoeficácia, trabalho emocional e diagnóstico relacionado à ansiedade ou depressão.
USECHE, Sergio A / 2019 / Colômbia	Caracterizar o perfil de <i>burnout</i> e associar seu perfil a questões de saúde e fatores de estilo de vida.	Avaliou 219 agentes penitenciários colombianos a partir de questionário composto por três seções: dados demográficos, <i>burnout</i> e informações de saúde.	Como resultado houve uma indicação de <i>burnout</i> para com aqueles com alta frequência de consumo de álcool e baixa frequência de atividade física e pela falta de apoio social.
GIESEN, Lisa / 2023 / Alemanha	Analisar o estresse do sistema prisional e suas relações com os fatores organizacionais.	A pesquisa se valeu de artigos e trabalhos internacionais e da própria Alemanha para verificar se a saúde mental dos agentes penitenciários era fator somente reconhecido naquele país.	Como resultado demonstrou uma falta de base empírica para com a Alemanha em comparação com estudos internacionais.
OKROS, Norberth / 2022 / Canadá	Examinar três tipos de demandas (profissionais, pessoais e grupais) e o efeito	A pesquisa se valeu do <i>PsyCap – Potencial Papel Moderador dos</i>	Os resultados mostram que o capital psicológico atenua o efeito do sofrimento pessoal e das relações negativas da

	de cada uma em três indicadores de baixo bem-estar: esgotamento, queixas de saúde física e mental.	Recursos Pessoais – para com os agentes penitenciários.	equipe em todos os três indicadores de baixo bem-estar.
TESTONI, Ines / 2020 / Itália	Examinar as relações entre o burnout, os fatores de proteção contra o enfraquecimento das razões para viver e não desejar morrer e o papel da desumanização.	Pesquisa em que adotou os métodos Maslach Burnout Inventory (MBI); o Inventário de Razões para Viver (RFL); a Escala de Representação da Morte de Testoni (TDRS); e a Escala de Atribuição de Traços Humanos (HTAS), envolvendo 86 OPPs em uma prisão no norte da Itália.	No que diz respeito ao burnout, 30% dos participantes apresentam níveis elevados de exaustão emocional, 60% apresentam níveis elevados de despersonalização e 17% apresentam níveis mais baixos de realização pessoal.
WAY, Kirsten / 2023 / Austrália	Constatar o gerenciamento da fadiga em grupos de trabalho e observar os resultados para com os agentes de custódia para com a repercussão e influência no seu pessoal e no seu bem-estar.	A pesquisa se valeu das teorias <i>Spillover</i> e <i>Safety Climate</i> e projeto de métodos mistos, coletando dados quantitativos multiníveis (498 funcionários distribuídos em 72 grupos de trabalho em 12 prisões australianas) e dados qualitativos (a partir de 63 entrevistas estruturadas)	Os resultados foram diversos, demonstrando uma relação interclasse e uma média de distribuição do estresse nas prisões relacionado com o bem-estar do agente penal.
NAMAZI, Sara / 2021 / EUA	Examinar a associação direta e indireta entre o efeito do TIE no trabalho na experiência dos supervisores correcionais entre trabalho e família (W-FC) e sintomas depressivos.	A pesquisa adotou equações estruturais para realizar as análises de mediação e moderação em agentes penitenciários e sua relação com ambiente de trabalho, problemas de saúde mental e efeitos sobre a vida e família.	Foi apresentado como resultado uma frequência de exposição a nove incidentes traumáticos no trabalho, bem como o nível de efeito do estresse e sintomas depressivos, além da prevalência de uma dificuldade para com a família dos supervisores.
BRAVO, Daiane Suelle / 2022 / Brasil	Esta pesquisa teve como objetivo analisar as condições de trabalho dos agentes penitenciários associadas aos Transtornos Mentais Comuns (TMC).	Adotou a ferramenta <i>Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)</i> para quantificar a presença dos TMC (Transtorno Mental Comum), como também a regressão de <i>Poison</i> foi adotada para verificar a associação dos problemas mentais para com o ambiente de trabalho dos agentes penitenciários.	Os TMC foram maiores entre agentes penitenciários com pior percepção das condições de trabalho (RP: 1,13; IC95%: 1,03-1,24), que sofreram insultos (RP: 1,18; IC95%: 1,08-1,29), assédio psicológico (RP: 1,23; IC95%: 1,11-1,36) e assédio sexual (RP: 1,20; IC95%: 1,03-1,40) nos últimos 12 meses. Os TMC foram associados a variáveis relacionadas ao trabalho, como piores condições ambientais dentro do presídio e violência psicológica e sexual.
ABELLO, Cesia / 2023 / Espanha	Analisar a situação laboral dos agentes penitenciários na América Latina, considerando suas condições de trabalho, qualidade de vida e os problemas que os afetam.	A pesquisa adotou aspectos e revisão sistemática de artigos para constatar se há algum estudo relacionado aos agentes penitenciários e/ou penais e sua saúde mental.	Os resultados demonstraram que os agentes penitenciários sofrem níveis significativos de stress e sobrecarga de trabalho, realizando seu trabalho em condições precárias, com longas jornadas de trabalho, com um trabalho invisível e socialmente desvalorizado, impondo condições indignas de saúde e qualidade de vida.
JESSIMAN-PERREAU, Geneviève / 2021 / Canadá	Examinar a razão e motivo pela qual os programas de apoio social no local de trabalho podem não ter sido bem-sucedidos em termos de aceitação ou eficácia entre os agentes penitenciários no Canadá.	Adotou duas teorias, o Modelo de Apoio ao Controle da Demanda de Trabalho (JDCS) e o Modelo Social Ecológico (SEM).	Como resultado obtido foi o que os programas de apoio interpessoal somente poderão ter sucesso limitado se forem implementados sem abordar os fatores multiníveis que criam condições de tensão no trabalho.

CLEMENTS, Andrew James / 2021 / Inglaterra	Verificar a ligação do trabalho nas prisões oficiais com os problemas emocionais, organizacionais e de justiça dos agentes penais.	Estudo feito por uma pesquisa online para com os agentes penitenciários do Reino Unido onde foi testada a justiça distributiva como mediadora da relação entre a carga de trabalho e violência com exaustão emocional.	Os resultados indicaram que, embora a carga de trabalho estivesse associada ao emocional, as experiências de violência que estavam ligadas realmente à exaustão emocional.
FUSCO, Nino / 2020 / Canadá	Comparativo dos sintomas atuais de diversos funcionários que trabalham em ocupações correcionais.	Estudo baseado em uma pesquisa online nacional canadense com pessoal de segurança pública, incluindo funcionários correcionais em nível federal para verificar o trabalho como agente penitenciário e os reflexos para com a saúde mental fora do âmbito de trabalho	Os agentes penitenciários relataram estatisticamente significativamente mais exposição a eventos potencialmente psicologicamente traumáticos do que os funcionários dos serviços de bem-estar, como também taxas mais altas de sintomas de transtornos mentais, incluindo TEPT, ansiedade social, transtorno de pânico e depressão.
ISENHARDT, Anna / 2020 / Suíça	Observar a relação da violência no local de trabalho e esgotamento de pessoal correcional, levando em consideração o papel do senso, segurança, gênero e características do trabalho no estabelecimento prisional.	Estudo realizado com 2.045 funcionários desde o início de 2012 em 89 de 112 estabelecimentos correcionais.	Os resultados mostram que a vitimização e o testemunho de violência entre reclusos afetam negativamente o sentimento pessoal de segurança e aumentam o esgotamento do pessoal penitenciário. Além disso, a sensação de segurança mediou o efeito da violência vivenciada e observada no burnout.
NADIA, Rania / 2020 / Canadá	Explorar os fatores que podem levar ao desenvolvimento da síndrome de burnout entre agentes penitenciários.	Estudo centralizado nos agentes penitenciários em instituições penitenciárias italianas, a partir de aspectos organizacionais e psicossociais.	A pesquisa revelou resultados inconsistentes em relação ao efeito do tempo gasto com os presidiários.
RICCIARDELLI, Rosemary / 2021 / Canadá	Analisar o aspecto social e pessoal em torno de distúrbios mentais entre o pessoal de segurança pública (PSP), incluindo o pessoal penitenciário.	Estudo baseado em pesquisa online anônima com 1.017 funcionários penitenciários canadenses, adotando a estatística U de Mann-Whitney e uma análise da variância (ANOVA) com correção de Bonferroni.	Participantes do sexo masculino eram significativamente mais prováveis de exibir estigma em relação a indivíduos com transtornos mentais e significativamente menos provável de estar disposto a receber tratamentos e eles desenvolvessem problema de saúde mental.

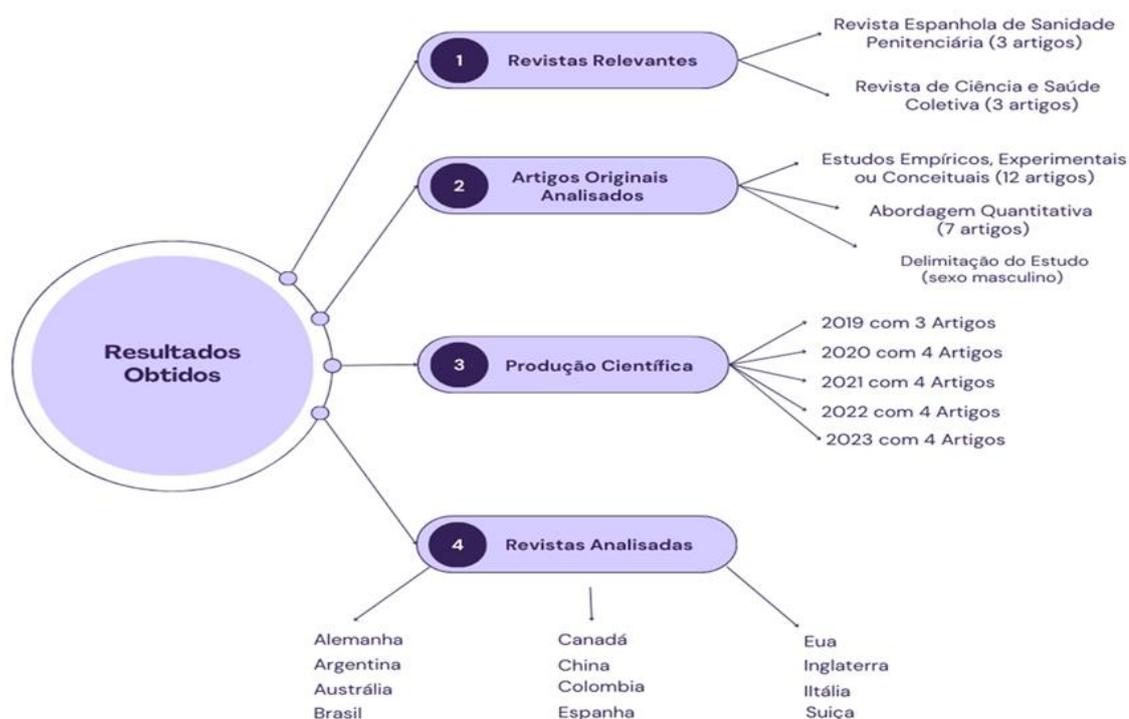
Esses estudos demonstram uma ampla investigação sobre o impacto das condições de trabalho e fatores psicossociais na saúde mental dos agentes penitenciários, com diferentes enfoques metodológicos e resultados que ressaltam os riscos ocupacionais enfrentados por essa categoria profissional. A maioria dos estudos investiga o burnout e outros transtornos mentais (como TEPT e depressão) entre os agentes penitenciários. O burnout é consistentemente identificado como uma condição prevalente que impacta negativamente a saúde mental desses profissionais. Todos os estudos apontam para a influência significativa de fatores ocupacionais no desenvolvimento de problemas de saúde mental. Estes fatores incluem a carga horária excessiva, exposição a eventos traumáticos, falta de apoio organizacional, condições de trabalho precárias, e contato direto com os detentos.

Os estudos comumente utilizam métodos quantitativos, principalmente por meio de questionários padronizados (como o Maslach Burnout Inventory) para medir níveis de burnout e outros indicadores de saúde mental entre os agentes penitenciários. Vários estudos destacam a correlação

entre o burnout e hábitos de vida pouco saudáveis, como alimentação inadequada e tabagismo. Estes comportamentos estão frequentemente associados a níveis mais elevados de estresse e esgotamento emocional. A falta de apoio social e organizacional é um tema recorrente. Estudos mostram que a ausência de suporte adequado no ambiente de trabalho contribui para o aumento dos níveis de burnout e outros problemas de saúde mental.

Desta forma, a seguir é apresentada a figura 2 com os principais resultados obtidos com a pesquisa de revisão sistemática na literatura, sintetizando os principais achados numa representação visual que facilita a compreensão das complexas interações entre o ambiente de trabalho dos agentes penais e sua saúde mental.

Figura 2: Representação dos resultados obtidos.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Podemos verificar que diversos são os problemas relacionados à saúde mental dos agentes penitenciários, desde a falta de assistência social e profissional, até mesmo ao estresse laboral, perpassando ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout, onde foi observado que as principais doenças encontradas nos artigos científicos como estresse ocupacional, síndrome de Burnout, depressão, distúrbio emocional, sendo que apesar de não serem consideradas como doenças foi relacionado também como causas à problemática da saúde mental como o sentimento de diminuição

pessoal, a violência emocional, fadiga física e emocional ocasionado, mas não somente, pela lotação carcerária e a falta de assistência social .

DISCUSSÃO

Diante do que foi encontrado evidencia-se que a produção científica pesquisada é bastante recente, estando a primeira publicação datada de 2019, com 3 (três) artigos, 2020 com 4 (quatro) artigos, 2021 com 4 (quatro) artigos, 2022 com 4 (quatro) artigos e 2023 também com 4 (quatro) artigos. Observando-se a área de conhecimento dos periódicos, as principais publicações estão veiculadas em revistas cujo enfoque é a Saúde Pública e Ciências Sociais, como a Revista Espanhola de Sanidade Penitenciária (3 artigos), Fronteiras para a Saúde Mental da China (1 artigo), Revista de Problemas Mentais da Inglaterra (1 artigo), Jornal de Violência Interpessoal da Suíça (1 artigo), Jornal de Psicologia da Espanha (1 artigo), Jornal de Medicina Ocupacional de Missouri, nos Estados Unidos (1 artigo), Revista de Psiquiatria da Alemanha (1 artigo), Revista de Prevenção e Reabilitação (1 artigo), Revista de Psicologia aplicada na Justiça Criminal do Canadá (1 artigo), Revista de Ciência e Saúde Coletiva (3 artigos), Revista de Estudos de Justiça Criminal (2 artigos), Revista de Saúde Ocupacional (1 artigo), Revista de Justiça Criminal e Comportamental (1 artigo), Revista Internacional de Pesquisa em Saúde Pública (1 artigo), Jornal de Saúde Prisional (1 artigo). A Figura 3 apresenta de forma gráfica e visual a quantidade de artigos encontrados e selecionados por país de origem.

Figura 3: Representação gráfica da revisão sistemática (Figura 3).



Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao conteúdo dos artigos originais analisados – frutos dos resultados de estudos empíricos, experimental ou conceitual sobre o assunto em pauta – observa-se a predominância de pesquisas com abordagem quantitativa. Foram adotados, ante a delimitação do estudo trazido no trabalho, estudos relacionados a detentos do sexo masculino, excluindo as penitenciárias femininas, haja vista a população carcerária ser majoritariamente do sexo masculino. Corroborando com o que foi encontrado, o Conselho Nacional de Justiça também afirma que em 2020 havia 867 mil homens e 49 mil mulheres na população carcerária no Brasil (CNJ, 2022).

Para a pesquisa foram tratados além do Brasil, a América do Sul, a América Latina, a Europa e a Ásia a fim de adotar uma maior abrangência da tutela da saúde mental dos agentes penais e o seu âmbito de proteção, denotando que pelo estado atual da arte há uma escassez de estudo não só no Brasil como em todo o globo acerca da saúde mental dos agentes penais.

Na Alemanha estudos de Giesen *et al* (2023) atestaram que os efeitos estressores da saúde dos agentes penitenciários para com sua vida pessoal e profissional não são generalizados nesse país, como incorre no mundo afora, sendo que embora não exista, à época do estudo, qualquer base empírica comparável naquele país, o fato de que os agentes penitenciários frequentemente são deixados sozinhos para lidarem com eventos estressantes foi relevante e destacado, aliando isso ao *stress*, estudo feito se valendo de artigos e trabalhos internacionais para verificar se a saúde mental dos agentes penitenciários era somente reconhecido na Alemanha.

Ainda na Alemanha foi realizado estudo por García-Callao; Aenishänslin; Rodríguez-Jiménez (2022) atestando que foram encontrados níveis de estresse e baixa consciência corporal, como também o *burnout* e suas variáveis, tendo apresentado resultado significativo de melhora para com esses fatores com a elaboração e conseqüente implementação de um programa de conscientização corporal de seis horas por meio de dança, movimento e terapia, tendo sido utilizado como método do estudo em 15 profissionais de um presídio e os efeitos da formação com Dança Movimento Terapia para comprovar a melhora da saúde mental desses trabalhadores.

Na Argentina estudos realizados por Soza; Depaula (2023) com agentes penitenciários relaciona o tabagismo e o índice de massa corporal para com a síndrome de *burnout*. Os autores chegaram à conclusão de que o *burnout* é mais acentuado para com aqueles de sobrepeso, que comem menos frutas e que compõem o grupo que consomem cigarro e são tabagistas, adotando como método as adaptações espanholas do *Maslach Burnout Inventory MBI-HSS*, o *Test For Nicotine Dependence* e do Índice de Massa Corporal em 151 agentes penitenciários, dentre 88 homens e 63 mulheres de 22 a 52 anos.

Na Austrália estudos realizados por Way *et al* (2023) relataram, por meio das teorias *Spillover* e *Safety Climate* além de métodos mistos coletando dados quantitativos multiníveis de 498 funcionários distribuídos em 72 grupos de trabalho em 12 prisões australianas e dados qualitativos por 63 entrevistas estruturadas, as hipóteses das repercussões do trabalho para casa se estariam associadas ao sofrimento psicológico, consumo excessivo de álcool, distúrbios do sono e os efeitos atenuados se fosse em ambiente compartilhado. Restando a título de conclusão de que quando individualmente tratados estão sujeitos à fadiga, enquanto o sofrimento psicológico, aliado à fadiga, são acelerados e mais acentuados quando a organização não está gerenciando bem a fadiga.

No Brasil, nos casos analisados por Bravo *et al* (2022), adotando como método a ferramenta *Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)* para quantificar a presença do Transtorno Mental Comum (TMC) e pela regressão de *Poison* adotada para verificar a associação dos problemas mentais para com o ambiente de trabalho dos agentes penitenciários, restou constatado a partir de 331 agentes penitenciários que os índices de TMC (Transtorno Mental Comum) foram mais altos em agentes penitenciários com pior percepção das condições de trabalho, aqueles que sofreram insultos, assédio psicológico e assédio social nos últimos 12 meses, até mesmo concretizando que as precárias condições ambientais dentro do presídio e violência psicológica e sexual são fatores diretos para com os problemas de saúde mental daqueles analisados.

No Canadá há estudos feitos por Jessiman-Perreault; Smith; Gignac (2021) para com os agentes de segurança pública, adotando duas teorias como método de pesquisa, o Modelo de Apoio ao Controle da Demanda de Trabalho (JDCS) e o Modelo Social Ecológico (SEM) para verificar as razões pelas quais os sistemas sociais no local de trabalho não podem ter sido adequadamente aceitos e terem sua eficácia nos agentes penitenciários, isso pela presença de altas taxas de problemas de saúde mental, compreendendo um *stress* insidioso e crônico devido a imprevisíveis fatores de risco ocupacional como violência, falta de apoio de colegas e gestão, más condições prisionais e trabalhos por turnos, tendo sido desenvolvido diversos programas organizacionais para a promoção do bem-estar mental e fornecer intervenções de saúde mental que não surtiram efeito em razão do aumento da carga de trabalho dos agentes penitenciários e recursos tangíveis para lidar com uma população prisional cada vez mais complexa.

Um estudo feito também no Canadá por Fusco *et al* (2020), partindo do método de pesquisa com pessoal de segurança pública, por questionário *online*, para verificar o trabalho como agente penitenciário e os reflexos para com sua saúde mental fora do âmbito de trabalho, ainda indicam no Canadá que um a cada três profissionais de segurança pública sofre de um ou mais transtornos mentais,

incluindo transtorno de estresse pós-traumático, sendo que no Canadá os agentes penitenciários também relataram taxas mais altas de sintomas de transtornos mentais, incluindo TEPT, ansiedade social, transtorno de pânico e depressão, não havendo relação com aspectos suicidas.

Há ainda no Canadá um estudo de Okros; Virga; Theofild-Andrei (2022) realizado com 350 agentes penitenciários que indica que o capital psicológico atenua o efeito do sofrimento pessoal e das relações negativas da equipe em todos os três indicadores de baixo bem-estar (esgotamento, queixas de saúde física e mental), porém, concluiu que não atua como moderador entre o conflito trabalho-família e esgotamento ou queixas de saúde física, referido estudo se valeu do método *PsyCap – Potencial Papel Moderador dos Recursos Pessoais* – para com os agentes penitenciários em razão de suas queixas de saúde física e mental aliado ao esgotamento.

Igualmente no Canadá um estudo de Ricciardelli *et al* (2021) pelo método de pesquisa por questionário *online* anônimo com 1.017 funcionários penitenciários canadenses, com a medição da relação da saúde mental, sendo questionados se buscariam alguma ajuda para o transtorno mental, como também se valendo do método de estatística U de Mann-Whitney e uma análise da variância (ANOVA) com correção de Bonferroni, partindo de uma preocupação com o impacto dos prejuízos da saúde mental e a escassez de tratamento do emprego, vislumbrando ainda com um receio quanto à saúde mental e seus efeitos para com os agentes penitenciários.

Estudo também realizado por Nadia (2020) pelo método de pesquisa centralizado nos agentes penitenciários em instituições penitenciárias italianas, a partir de aspectos organizacionais e psicossociais obteve resultados inconsistentes em relação ao efeito do tempo gasto com os presidiários e saúde mental. Na China existe também um estudo realizado por Gao; Du; Gao (2022) com foco no *burnout* para com os agentes penitenciários indicando relação direta para com o exercício da atividade, seja para com o contato direto com sujeitos de supervisão, carga horária, sexo, até mesmo compreendendo em índices de exaustão emocional, distanciamento negativo e autoeficácia, para com o *burnout* e os policiais penitenciários, para a consecução do estudo foi adotado o “*Maslach Burnout Questionnaire-General Survey (MBI-GS)*”, acompanhado de um questionário entre 1.024 policiais penitenciários.

Na Colômbia um estudo realizado por Useche *et al* (2019) com base no método de avaliação de 219 agentes penitenciários colombianos se valendo de um questionário composto por três seções de dados demográficos, *burnout* e informações de saúde, constatou uma elevada proporção de participantes com indicativos de *burnout* a partir da sua saúde e fatores de estilo de vida, comprovando uma grande

influência de seus efeitos para com aqueles que consumiam álcool e não praticavam exercícios físicos, denotando ainda uma falta de apoio social aos agentes penitenciários.

Na Espanha, com os olhos na América Latina, existem estudos feitos por Abello; Pacheco; Sanhueza (2023) constatando que, de fato, essa classe de trabalhadores se encontra esquecida, e são os que mais sofrem níveis significativos de *stress* e sobrecarga de trabalho, como também que realizam com longas jornadas de trabalho, trabalho invisível e socialmente desvalorizado, com riscos importantes para sua saúde mental e física, adotando como método os aspectos e revisão sistemática de artigos publicados em espanhol ou português entre 2000 e 2021 para constatar se há algum estudo relacionado aos agentes penitenciários e/ou penais e sua saúde mental.

Nos Estados Unidos da América em pesquisa realizada por Namazi *et al* (2021) com 156 supervisores de penitenciárias em que participando de pesquisa *on-line* destinada a avaliar as percepções que detinham sobre seu ambiente de trabalho sobre saúde e vida familiar o qual concluiu acerca da necessidade de intervenções que abordem o efeito adverso à exposição a incidentes traumáticos na vida familiar e o reflexo para com a saúde mental. Esta pesquisa adotou como método de equações estruturais para realizar as análises de mediação e moderação em agentes penitenciários e sua relação com ambiente de trabalho, problemas de saúde mental e efeitos sobre a vida e família.

Em Saint Louis, no estado do Missouri, nos Estados Unidos da América, um estudo feito por Jeagers *et al* (2019) concluiu que mais da metade dos agentes penitenciários detém de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), tendo o *burnout* um preditor significativo dos sintomas de TEPT, o que sustentou as implicações para as intervenções de saúde no local de trabalho de segurança pública, tendo adotado como método uma estrutura inspirada na Conservação de Recursos (COR) explorando as relações com os sintomas de TEPT entre agentes penitenciários de prisões do Centro-Oeste dos Estados Unidos da América.

Na Inglaterra, estudos realizados por Bell; Hopkin; Forrester (2019) relataram que trabalhar no ambiente penitenciário estressante e a exposição a eventos traumáticos podem tornar o pessoal de saúde mental e os agentes penitenciários vulneráveis ao esgotamento, à fadiga por compaixão e à redução por satisfação por compaixão, tendo esses sido associados à exposição a eventos traumáticos e ambiente de trabalho. Para a consecução da pesquisa e estudo se partiu de um método de estudo feito com 36 profissionais de saúde mental e agentes penitenciários de uma prisão da Inglaterra, onde preencheram diversos questionários sobre suas características demográficas e profissionais, bem como exposição a eventos traumáticos, apoio de gestores e colegas sobre níveis de esgotamento, fadiga e compaixão.

Ainda há estudo feito por Clements; Kinman (2021) por meio do método de pesquisa *online* com agentes penitenciários do Reino Unido onde foi testada a justiça distributiva como mediadora da relação entre carga de trabalho e violência com exaustão emocional, indicando que embora se tenha uma relação e associação da carga de trabalho com o emocional as experiências relatadas conduziram à conclusão de que foi a exaustão emocional mesmo que ocasionou o problema emocional.

Na Itália de acordo com estudos feitos por Testoni *et al* (2020) para com a síndrome de *burnout* seus efeitos nos agentes penitenciários obtiveram-se que é bastante escassa e não há análise concreta sobre os fatores de proteção que podem prevenir o perigoso efeito do *burnout* tratado como o enfraquecimento das razões de viver. Chegou-se à conclusão da presença de um alto nível de *burnout* no grupo de participantes e a desumanização dos presos, mesmo que considerada como possível ajuda à redução dos níveis de estresse, não reduz efetivamente o nível de *burnout*. Para a pesquisa foi adotado o método *Maslach Burnout Inventory (MBI)*, o Inventário de Razões para Viver (RFL), a Escola de Representação da Morte de Testoni (TDRS), Escada de Atribuição de Traços Humanos (HTAS), envolvendo 86 agentes penitenciários em uma prisão do norte da Itália.

Na Suíça foi realizado estudo por Isenhardt; Hostettler (2020) adotando o método de taxa de resposta de 48,5% entre 2.045 funcionários de penitenciárias desde o início de 2012 em 89 de 112 estabelecimentos correcionais, sobre o *burnout* nos funcionários das penitenciárias que restou constatado que o vitimismo dos presos e o testemunho de violência entre eles afetam negativamente no sentimento pessoal de segurança, levando até mesmo ao esgotamento do pessoal penitenciário, o que levou ao *burnout* dos funcionários.

Os artigos analisados na sua maioria tiveram por objetivos analisar as condições do trabalho dos policiais penais e sua relação com a saúde mental, partindo por uma exploração e da exposição a eventos traumáticos se ocasiona ou não uma prejudicialidade na saúde mental, seguidos por estudos em que avaliam a relação do *burnout* com o serviço prestado pelo policial penal e o local onde é prestado o serviço.

As pesquisas vislumbraram a prevalência e o comportamento associado ao estresse do próprio estabelecimento profissional para com a saúde mental do policial penal pelo que se observou pelos trabalhos de Bell; Hopkin; Forrester (2019), Namazi; Dugan; Fortinsky. *et al.* (2021), Way; Kimmieson; Mancha. *et al.* (2023), Fusco; Ricciardelli; Jamshidi. *et al.* (2020) e Isenhardt; Hostettler (2020), os altos índices de *burnout* prevalecendo nos policiais penais como enfocou Testoni; Nencioni; Ronconi. *et al.* (2020). O estresse e *burnout* são constructos que se interrelacionam, mas que não são

idênticos, porém seus fatores desencadeadores são muito parecidos (Murofuse; Abranches; Napoleão, 2005).

Seria interessante ainda destacar que alguns artigos (Fernandes *et al*, 2002; Dial e Downey, 2010; Tschiedel e Monteiro, 2013) enfocam que o ambiente físico das prisões é marcado por condições precárias, como superlotação, a falta de conforto ambiental, estresse térmico e outras condições adversas que afetam diretamente a saúde física e mental dos agentes penais. As condições bioclimáticas das prisões, que incluem fatores como ventilação, umidade, temperatura e luz, são muitas vezes inadequadas, exacerbando o estresse e o desgaste físico dos trabalhadores. Além disso, a localização geográfica das prisões, muitas vezes em áreas remotas ou urbanas densas, influencia negativamente na qualidade de vida e nas condições de trabalho dos agentes.

As altas cargas de trabalho que influenciam negativamente na saúde mental dos policiais penais foram constatadas por Abello; Pacheco; Sanhueza (2023) e Clements; Kinman (2021), sendo demonstrada que a violência dos ambientes penitenciários também influencia na saúde dos policiais penais (Santos, 2010), sugerindo que a saúde mental está prejudicada ante a falta de preparo do Estado para com a saúde mental dos policiais penais, tal como constatado por Jessiman-Perreault; Smith; Gignac (2021) e Bell; Hopkin; Forrester (2019).

A saúde mental também está associada a saúde ambiental que é um aspecto crucial que impacta diretamente a qualidade de vida dos agentes penais. Barbosa *et al* (2022) e Reis e Diogo (2024) trazem contribuições sobre a saúde ambiental na penitencia apresentando que a exposição contínua a condições adversas, como calor excessivo e falta de iluminação adequada, não só agrava o estresse térmico, mas também contribui para o desenvolvimento de doenças ocupacionais. A saúde ambiental é, portanto, um reflexo das condições de trabalho, onde a ausência de medidas preventivas e corretivas adequadas por parte das administrações prisionais piora a situação dos agentes penais.

As lacunas de trabalhos sobre essa temática, principalmente para com a preocupação para com a saúde mental dos policiais penais, são visualizadas também na literatura, mesmo constatando nos precários estudos que há relação da exaustão emocional com a desilusão pelo trabalho (Braun, 2016), sendo que mesmo que percebida algum aumento na produção científica são poucas as investigações à fundo quanto aos benefícios da prevenção e da preocupação com a saúde mental dos policiais penais (Bezerra; Assis; Constantino, 2016), tendo a precariedade de estudos sobre os policiais penais e sua saúde mental tratada muitas vezes como secundária, citados como apontamento de dados, demonstrando uma necessidade de estudos acerca dos policiais penais e sua saúde mental (Scartazzini;

Borges, 2018), bem como que esses estudos sejam realizados de maneira qualitativa a explorar efetivamente o universo em que esses trabalhadores estão inseridos (Lima *et al.*, 2023).

Com relação a atuação do Estado e a implementação de políticas públicas no contexto do sistema prisional podemos verificar que existe uma crítica contundente sobre a falta de intervenção eficaz do Estado para melhorar as condições de trabalho dos agentes penais, assim como aponta Santos e Rezende (2020). As políticas públicas são descritas como desconectadas das necessidades reais dos trabalhadores, muitas vezes focadas mais nos detentos do que nos profissionais que garantem a segurança e a ordem dentro das prisões. Essa desconexão entre as políticas públicas e as necessidades do ambiente de trabalho dos agentes contribui para a perpetuação de um ciclo de deterioração da saúde mental desses profissionais.

Há, apesar da precária e irrisória pesquisa sobre o assunto, um consenso para com a preocupação da saúde mental do policial penal objetivando a criação de serviços de atenção à saúde mental do policial penal, seja na literatura internacional, destacando a Polônia (Ogińska-Bulik, 2005), Nigéria (Okoza, J.; Imhonde, H. O.; Aluede, O, 2010), China (LIU *et al.*, 2013) seja das pesquisas nacionais de Lourenço (2011) e Lopes (2002). O ambiente físico degradado, combinado com uma falta de políticas públicas eficazes, resulta em um cenário onde os agentes são expostos a riscos constantes sem o devido suporte. A falta de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos físicos e geográficos quanto as necessidades de saúde mental e apoio organizacional leva a uma situação crítica de insalubridade e risco psicológico para esses profissionais.

O artigo propõe uma reflexão sobre a necessidade urgente de uma revisão nas políticas públicas e na gestão do ambiente prisional, de forma a alinhar as condições de trabalho dos agentes penais com padrões que garantam sua saúde e bem-estar. A falta de coordenação entre os diferentes aspectos discutidos evidencia a necessidade de uma abordagem mais holística e intersetorial na gestão dos sistemas prisionais. Sabemos que as ações e serviços de atenção à saúde devem contar com a participação de todos envolvidos no contexto prisional, ou seja, presos, equipes multiprofissionais, administradores, gestores, agentes penais, familiares, comunidade. Mas como governo brasileiro tem buscado reformular as políticas para melhorar a atenção à população privada de liberdade? Os números de agravos existem, mas nem sempre são registrados. Ou se possui toda infraestrutura, mas os profissionais não são capacitados, não são acompanhados. Por fim os estudos evidenciaram que a saúde mental dos agentes penais é uma problemática latente e um campo aberto e vasto a ser explorado, sendo uma questão de saúde pública, na qual a própria condição de confinamento dos agentes representa uma oportunidade singular para a implementação de programas terapêuticos, medidas

preventivas e ações educativas específicas para esse segmento da população, que, em geral, tem menos acesso aos serviços de atenção à saúde.

CONCLUSÃO

Pela pesquisa sistemática realizada, além do embasamento da literatura, verifica-se uma lacuna para com o tema objeto do presente estudo, vez que a saúde mental dos agentes penais não é objeto central nas bases de pesquisas utilizadas, ainda mais se comparado para com os detentos, esses sim objeto de um vasto campo explorado pelos pesquisadores.

O que se visualiza é que os agentes penais não são de tamanha importância, e conseqüentemente sujeitos de direitos, como os presos, principalmente quando se busca mais estudos acerca da saúde mental dos agentes penais em seu meio de ambiente de trabalho. Essa lacuna existente na pesquisa realizada e na literatura não somente demonstra uma necessidade maior de proteção e mais estudo acerca da saúde mental dos agentes penais como também impõe o problema enfrentado não só pela sociedade, mas pelo Estado que deveria fazer valer suas normas.

É preciso se valer do meio ambiente do trabalho dos agentes penais como um todo, não somente para com as pessoas dos presos, mas também com aqueles que trabalham para que o sistema possa funcionar, vislumbrando a proteção e tutela do sistema com um todo, sem restrições.

Assim, a título de conclusão e embasado na revisão sistemática aplicada, a saúde mental dos agentes penais é um campo a ser explorado, demonstrando não somente a necessidade de adoção de medidas por parte do Estado, mas melhorias nas condições do próprio meio ambiente do trabalho evitando maiores prejuízos à saúde mental dos agentes penais.

REFERÊNCIAS

ABELLO, Cesia; PACHECO, Margarita; SANHUEZA, Guillermo E. Prison officers in Latin America: quality of life, working conditions and main difficulties. *Revista española de sanidad penitenciaria*. Espanha, volume 25, Issue 1, pp. 20-29, jan. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37335534/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

ABNT. (2021). Normas Técnicas para Ambientes de Trabalho. Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BARBOSA, M. L.; SALVADOR, P. T. C. O.; COGO, A. L. P.; FERREIRA JUNIOR, M. A.; COSTA, G. M. C.; SANTOS, V. E. P. Equipe de saúde penitenciária: a realidade do processo de trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 4397-4405, 2022.

BELL, Sue; HOPKIN, Gareth; FORRESTER, Andrew. Exposure to Traumatic Events and the Experience of Burnout, Compassion Fatigue and Compassion Satisfaction among Prison Mental Health Staff: An Exploratory Survey. *Issues in mental health nursing*, volume 40, p. 304-309, abr. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30742547/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRAVO, Daiane Suele; GONÇALVES, Soraya Geha; GIROTTO, Edmarlon. et al. Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em agentes penitenciários do interior do estado de São Paulo, Brasil. Brasil, CIENCIA & SAUDE COLETIVA, volume 27, p. 4559-4567, jan. 2022. Disponível em: <https://www-wobofscience.ez259.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000886720500001>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CNJ- Conselho Nacional de Justiça. Estatísticas. 2022. <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>

CLEMENTS, Andrew James; KINMAN, Gail. Job demands, organizational justice, and emotional exhaustion in prison officers. Inglaterra, CRIMINAL JUSTICE STUDIES, volume 34, p. 441-458, fev. 2021. Disponível em: <https://www-tandfonline.ez259.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1080/1478601X.2021.1999114?needAccess=true>. Acesso em: 09 nov. 2023.

DIAL KC, DOWNEY RA, Goodlin WE. The job in the joint: The impact of generation and gender on work stress in prison. J Crim Justice 2010; 38(4):609-615.

FERNANDES RCP, SILVANY NETO AM, SENA GM, LEAL AS, CARNEIRO CAP, COSTA FPM. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. Cad Saude Publica 2002; 18(3):807-816.

FUSCO, Nino; RICCIARDELLI, Rosemary; JAMSHIDI, Laleh. et al. When Our Work Hits Home: Trauma and Mental Disorders in Correctional Officers and Other Correctional Workers. Canada, Front Psychiatry, fev. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33658946/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

GAO, Jin; DU, Xinyang; GAO, Qing. Analysis of burnout and its influencing factors among prison police. China, Frontiers in public health, volume 10, p.p. 891745, jan. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36176518/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

GARCÍA-CALLAO, Laura; AENISHÄNSLIN, Bárbara; RODRÍGUEZ-JIMÉNEZ, Rosa María. From the inside: Dancing between burnout and engagement in a prison. Espanha, revista espanola de sanidad penitenciaria, volume 24, p. 48-55, mai. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36256556/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

GIESEN, Lisa; RETZ, Wolfgang; JOHANNES, Merscher. et al. Psychosocial distress of correctional officers. Alemanha, RECHT & PSYCHIATRIE, volume 41, p. 84-92, jan. 2023. Disponível em: <https://psychiatrie-verlag.de/product/giesen-retz-merscher-barra-retz-junginger-psycho-soziale-belastung-im-justizvollzugsdienst-einzelartikel-aus-rp-2-2023/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Relatório Anual do Clima no Brasil, 2019. <https://portal.inmet.gov.br/>

ISENHARDT, Anna; HOSTETTLER, Ueli. Inmate Violence and Correctional Staff Burnout: The Role of Sense of Security, Gender, and Job Characteristics. Suíça, Journal of interpersonal violence, volume 35, p. 173-207. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27923874/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

JAEGERS, Lisa; MATTHIEU, Monica M; VAUGHN, Michael G. et al. Posttraumatic Stress Disorder and Job Burnout Among Jail Officers. Estados Unidos da América, J Occup Environ Med, jun. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31167223/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

JESSIMAN-PERREAU, Geneviève; SMITH, Peter M; GIGNAC, Monique A M. Why Are Workplace Social Support Programs Not Improving the Mental Health of Canadian Correctional Officers? An Examination of the Theoretical Concepts Underpinning Support. Canada, International journal of environmental research and public health, volume 18, jun. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33800869/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

LOURENÇO LC. Batendo a tranca: impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Rev Estudos Conflito Controle Social [Internet]. 2010;3(10):11-31. Available from: <http://www.revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas10Art1.pdf>

- MACHADO, Sidnei. O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2001, p. 66-67
- MELO, H., & AZZINI, G.. Análise dos impactos da exposição ao calor em trabalhadores da construção civil no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(125), 78-89, 2012.
- NADIA, Rania; MIGLIORINI, Laura; COPPOLA, Ilaria. A qualitative Study of Organizational and Psychosocial Factor in the Burnout of Italian Correctional Officers. Itália, *PRISON JOURNAL*, volume 100, p. 747-768, jan. 2020. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez259.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/0032885520968246>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- NAMAZI, Sara; DUGAN, Alicia G.; FORTINSKY, Richard. et al. Traumatic Incidents at Work, Work-to-Family Conflict, and Depressive Symptoms Among Correctional Supervisors: The Moderating Role of Social Support. Estados Unidos da América, *OCCUPATIONAL HEALTH SCIENCE*, volume 5, p. 493-157. Disponível em: <https://link-springer-com.ez259.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s41542-021-00098-1>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- OKROS, Norberth; VIRGA, Delia; THEOFILD-ANDREI, Lazar. Types of demands and well-being in correctional officers: The protective role of psychological capital. Canada, *WORK-A JOURNAL OF PREVENTION ASSESSMENT & REHABILITATION*, volume 73, p. 165-180, jan. 2022. Disponível em: <https://www-webofscience.ez259.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000860277800015>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- REIS, Juliana Ribeiro dos Reis; DIOGO, Ivan Jeferson Sampaio. Saúde ambiental em presídios femininos no Brasil no período de 2010 a 2020: uma revisão bibliográfica. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)* - ISSN: 1809-1628. vol. 49 – jul./set. 2024 Doi 10.5281/zenodo.12682722
- RICCIARDELLI, Rosemary; HAYNES, Stacy H.; BURDETTE, Amy. et al. Mental Health, Stigma, Gender, And Seeking Treatment: Interpretations And Experiences Of Prison Employees. Canada, *APPLIED PSYCHOLOGY IN CRIMINAL JUSTICE*, volume 16, p. 107-127, jan. 2021. Disponível em: <https://www-webofscience.ez259.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000629181600006>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- SANTOS, Bruna Rios Martins; REZENDE, Santos Vânia Ap. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. *Cad. EBAP.BR*, v. 18, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190034>
- SANTOS, Adelson Silva dos. Fundamentos do direito ambiental do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. rev. e atual. nos termos da Reforma Constitucional (até a Emenda Constitucional n. 42, de 19.12.2003, publicada em 31.12.2003). São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- SOUZA, A. R. DE, & LIMA, M. D. Segurança no trabalho penitenciário: desafios e perspectivas. *Revista de Administração Penitenciária*, 5(1), 44-59, 2018.
- SOZA, Exequiel Nicolas; DEPAULA, Pablo Domingo. Burnout and habits harmful to the health of employees in the Argentine federal prison service. Espanha, *Revista espanola de sanidad penitenciaria*, volume 25, p. 45-56, mai. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37552273/>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- TESTONI, Ines; NENCIONI, Irene; RONCONI, Lucia. et al. Burnout, Reasons for Living and Dehumanisation among Italian Penitentiary Police Officers. Itália, *INTERNATIONAL JOURNAL OF ENVIRONMENTAL RESEARCH AND PUBLIC HEALTH*, volume 17, jan. 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/9/3117/pdf?version=1588578128>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- TSCHIEDEL RM, MONTEIRO JK. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estud Psicol Natal* 2013; 18(3):527-535.
- USECHE, Sergio A; MONTORO, Luis V; RUIZ, José I. et al. Workplace burnout and health issues among Colombian correctional officers. Colômbia, *PLoS One*, volume 14, issue 2, jan. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30753198/>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- VIEIRA, E. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2009.

WAY, Kirsten; JIMMIESON, Nerina; MANCHA, Asmita. et al. L. D'. Shared Perceptions of Fatigue Management in Workgroups: A Cross-Level Moderator of the Negative Impact of Work Spillover on Custodial Officer Outcomes. Austrália, CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR, volume 50, p. 559-577, jan. 2023. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez259.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/00938548221143532>. Acesso em: 09 nov. 2023.